

**Mariane Morato Stival**

# **DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

**O Meio Ambiente na Jurisprudência das  
Cortes Internacionais de Direitos Humanos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2018

---

Visite nossos sites na Internet

[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e

[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)

e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-8476-7**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ermani de Carvalho Pacheco

---

Stival, Mariane Morato.

S862      Direito internacional do meio ambiente: o meio ambiente na jurisprudência das cortes internacionais de direitos humanos./ Mariane Morato Stival./ Curitiba: Juruá, 2018.

236p.

1. Direito ambiental. 2. Direito internacional.  
3. Direitos humanos. I. Título.

CDD 342 (22.ed)

CDU 342.951

00070

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>13</b>
----------------------------------	-----------

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
-------------------------	-----------

<b>Capítulo 1 O MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>25</b>
--	-----------

1.1 OS LIMITES E SOLUÇÕES DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	27
---	----

1.2 AS DIFICULDADES DE ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS .....	28
---	----

1.3 A DISCUSSÃO SOBRE UNIVERSALISMO E AS PARTICULARIDADES LOCAIS ENVOLVENDO O MEIO AMBIENTE .....	34
---	----

1.4 A PROTEÇÃO RESTRITIVA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	41
--	----

1.5 A REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO MEIO AMBIENTE NO PROTOCOLO ADICIONAL DE SAN SALVADOR .....	44
---	----

<b>Capítulo 2 OS LIMITES DA JURISPRUDÊNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>47</b>
---	-----------

2.1 A INTERPRETAÇÃO DA COMISSÃO IDH E DA CORTE IDH NA CRIAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	
---	--

	AMBIENTAL E O RECONHECIMENTO RESTRITO E INDIRETO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE.....	48
2.1.1	O Respeito à Vida e Saúde como Direito ao Meio Ambiente .....	51
2.1.2	O Direito de Propriedade como Direito ao Meio Ambiente .....	54
2.1.3	O Direito de Consulta, Participação e Informação como Direito ao Meio Ambiente Urbano.....	63
2.2	A EFETIVIDADE DAS DECISÕES AMBIENTAIS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	64
2.2.1	Cumprimento da Decisão do Caso Claude Reyes vs. Chile.....	72
2.2.2	Cumprimento da Decisão do Caso Comunidad Mayagna Awas Tingni vs. Nicarágua.....	74
2.2.3	Cumprimento Parcial da Decisão do Caso Povo Saramaka vs. Suriname.....	76
2.2.4	Cumprimento Parcial da Decisão do Caso Comunidade Yakye Axa vs. Paraguai .....	80
2.2.5	Cumprimento Total da Decisão do Caso Povo Indígena Kichwa Sarayaku vs. Equador.....	83
2.2.6	Arquivamento do Caso Yanomami vs. Brasil.....	86
2.2.7	Caso Pendente de Sentença da Corte IDH: Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil .....	87
2.3	A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE URBANO.....	95

### **Capítulo 3 O RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA AMBIENTAL URBANA NO SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS E AS POSSÍVEIS INOVAÇÕES NO SISTEMA INTERAMERICANO E DIREITO BRASILEIRO..... 105**

3.1	O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE NA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS.....	107
-----	---	-----

3.2	O MEIO AMBIENTE NA CEDH: A CONSTRUÇÃO EVOLUTIVA DO DIREITO À QUALIDADE DE VIDA AMBIENTAL URBANA A PARTIR DE CONCEITOS TRADICIONAIS.....	114
3.3	A INTERPRETAÇÃO DINÂMICA E ABRANGENTE DA CEDH NA CRIAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE MEIO AMBIENTE.....	120
3.3.1	O Respeito à Vida Privada e Familiar como Direito ao Meio Ambiente Urbano.....	122
3.3.2	Os Direitos à Vida e à Proibição de Tratamentos Desumanos e Degradantes como Direito ao Meio Ambiente Urbano.....	131
3.3.3	O Direito à Propriedade Privada como Direito ao Meio Ambiente Urbano.....	135
3.3.4	Os Direitos à Proteção Judicial e Recurso Adequado como Direito ao Meio Ambiente Urbano..	140
3.3.5	O Direito de Informação como Direito ao Meio Ambiente Urbano .....	143
3.4	A APLICAÇÃO DA MARGEM NACIONAL DE APRECIÇÃO E A INFLUÊNCIA NA EFETIVIDADE DAS DECISÕES AMBIENTAIS DA CEDH .....	151

<b>Capítulo 4</b>	<b>A POSSIBILIDADE DE AÇÕES INTERNACIONAIS POR VIOLAÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>157</b>
4.1	O POSSÍVEL RECONHECIMENTO DO DIREITO À QUALIDADE DE VIDA AMBIENTAL NO DIREITO INTERAMERICANO E BRASILEIRO .....	158
4.1.1	Contextualização do Caso Belo Monte no Brasil...	159
4.1.2	Recursos ao Judiciário Brasileiro .....	163
4.2	O CASO BELO MONTE NO SISTEMA INTERAMERICANO.....	166
4.3	A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO E DE EFETIVIDADE EM DIFERENTES TEMAS DE MEIO AMBIENTE URBANO .....	170

4.3.1	Os Problemas Ambientais Urbanos no Caso Belo Monte .....	172
4.3.2	Os Problemas Ambientais Urbanos no Caso Mariana .....	176
<b>Capítulo 5</b>	<b>AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA JURISPRUDÊNCIA DA CEDH PARA A AMPLIAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH SOBRE MEIO AMBIENTE ....</b>	<b>191</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>215</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>225</b>